

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 1338

DATA : 13 01 90

PG. : capa 5

RNAL DO BRASIL ^{6*}

de Janeiro — Sábado, 13 de janeiro de 1990

Ano XCIX -- Nº 278

Preço para o Rio: NCz\$ 7,00

Alto do Mucajal, RR — Marcelo Régua



Sem combustível nos tambores, os garimpeiros não conseguem abastecer seus aviões

Mudança dos garimpeiros fere decreto

Ao articular a transferência dos garimpeiros das áreas ocupadas pelos índios ianomâmis para a Floresta Nacional de Roraima, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, descumpriu o Decreto 98.502, de dezembro de 1989, assinado por ele próprio, por outros três ministros e pelo presidente José Sarney. O decreto proíbe a garimpagem na floresta e terras indígenas e prevê a utilização do Exército e da Aeronáutica para a retirada dos garimpeiros.

Saulo Ramos admitiu que o decreto não foi cumprido integralmente. "Tirar garimpeiros de lá não é como fazer fila em colégio interno. Não dá para sair tudo organizadinho", justificou-se, alegando dificuldades de acesso às regiões de selva fechada. O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que negou qualquer acordo com os garimpeiros, disse que poderá usar de violência para expulsá-los. (Página 5)

Saulo contradiz decreto que veta mudança de garimpo

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, ao articular a transferência de milhares de garimpeiros das áreas dos índios yanomâmis para três regiões localizadas na Floresta Nacional de Roraima foi de encontro ao Decreto 98.502, de 12 de dezembro de 1989, assinado pelo presidente José Sarney, pelo próprio Saulo Ramos e pelos ministros Vicente Filho, das Minas e Energia; João Alves Filho, do Interior, e Seigo Tsuzuki, da Saúde. A exposição de motivos que originou o decreto, assinada pelos ministros, determina a "retirada gradativa dos invasores de todas as áreas indígenas Yanomami e da Floresta Nacional, localizadas no Estado de Roraima".

O decreto presidencial aprovou o Plano de Defesa das Áreas Indígenas Yanomâmis e deixa claro, em seu Artigo 1º, que a finalidade do plano era promover a retirada gradativa dos garimpeiros invasores das áreas indígenas e da Floresta Nacional de Roraima, além de implantar um imediato sistema de proteção à saúde dos índios. O decreto autoriza ainda o ministro da Justiça a requerer dos ministros do Exército e da Aeronáutica o

apoio necessário à efetivação das operações de retirada dos garimpeiros.

Na exposição de motivos do decreto, o próprio Saulo Ramos deixa claro que a retirada dos garimpeiros deveria ser efetivada também nas áreas da Floresta Nacional de Roraima, administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A decisão de Saulo Ramos de realocar os garimpeiros nas áreas da Floresta Nacional, além de contrariar o decreto presidencial, vai contra a liminar concedida pelo juiz federal Novely Vilanova da Silva Reis, da 7ª Vara do Distrito Federal, que estabelece a interdição de uma área de 9.419,108 hectares em Roraima, onde está incluída a Floresta Nacional, para onde os garimpeiros serão remanejados.

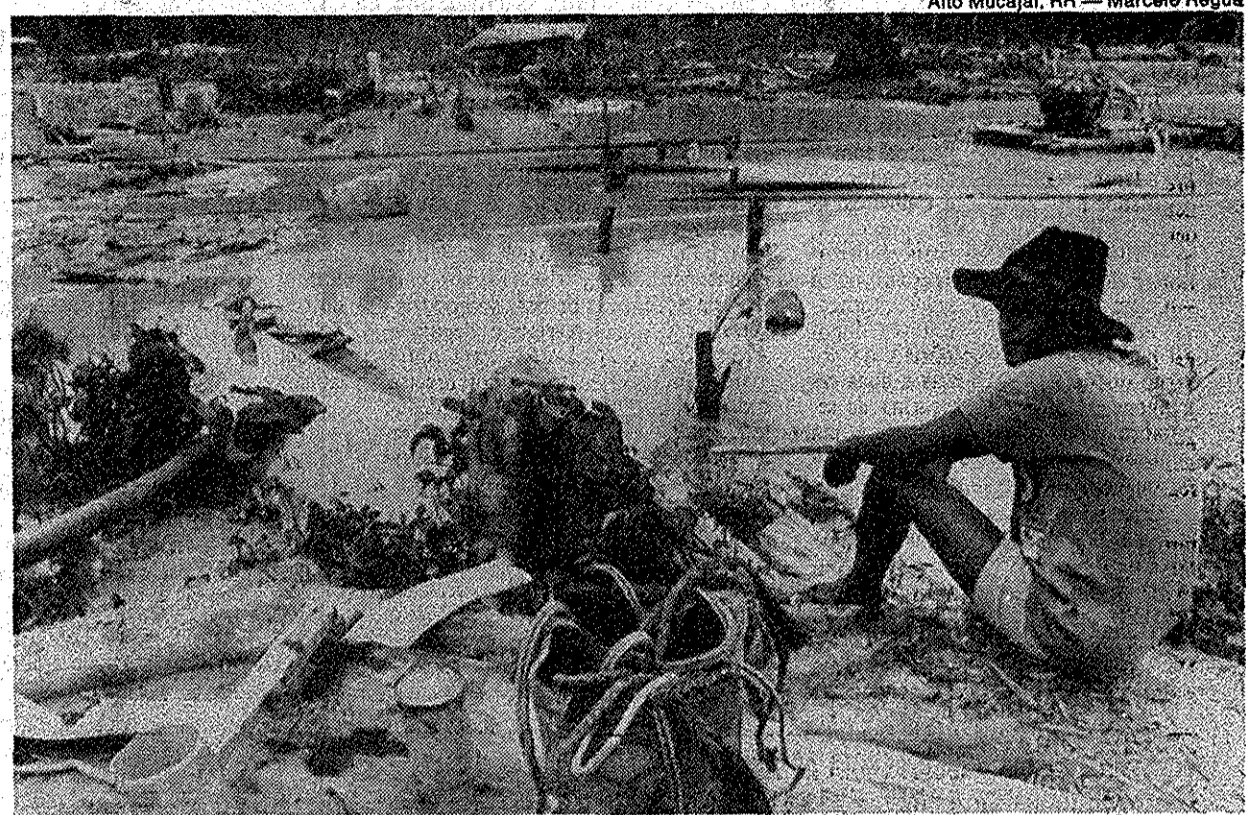
Colégio interno — Em Belo Horizonte, o ministro Saulo Ramos admitiu que o decreto que recebeu sua assinatura não vem sendo cumprido integralmente. Segundo Saulo, desde dezembro, poucos garimpeiros foram levados para fora da floresta.

"Tirar garimpos de lá não é como fazer fila em colégio interno. Não dá para sair tudo organizadinho", comprou Saulo, lembrando as dificuldades de

acesso às áreas de selva fechada. O ministro disse que a presença de garimpeiros na área da Floresta Nacional, a apenas 10 quilômetros da reserva indígena, não é problema neste primeiro momento. "Fica até mais fácil para a Funai vigiar os garimpeiros", afirmou, garantindo que a área de Paapiú, onde havia 12 mil homens explorando ouro, já está limpa e com os aeroportos fechados.

Apesar de ter assinado o Decreto 98.502 em dezembro, Saulo Ramos enviou telex no último dia 8 ao governador de Roraima, Romero Jucá, que possibilitou o acordo responsável pela desmobilização da Operação Yanomami, com a transferência dos garimpos. No telex, Saulo Ramos diz ter determinado ao diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que viajasse para Boa Vista "a fim de tratar dos detalhes do acordo com as entidades representativas dos garimpeiros". Segundo o telex do ministro da Justiça, a proposta — "patrocinada pelo governo de Vossa Excelência" (referindo-se a Romero Jucá) — fora formulada por várias organizações de garimpeiros de Roraima e da Amazônia Legal e submetida ao presidente José Sarney, que a aprovou.

Luiz Dacosta



Sem combustível para trabalhar, garimpeiros aguardam a palavra final do governo

Brasília — Leopoldo Silva

Acordo foi idêneo do governo Jucá

O acordo que possibilita a transferência dos garimpeiros para a Floresta Nacional, que o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, diz não existir, baseia-se num documento com nove itens, elaborado sob a coordenação do procurador-geral de Roraima, José Ronaldo Montenegro de Araújo, e pelo chefe de gabinete do governador, Romero Jucá, Marcelo Coutelo Chagas.

Pelo acordo, as entidades representativas dos garimpeiros, que atualmente ocupam áreas yanomâmis localizadas em Roraima, serão integradas ao plano de defesa das terras indígenas aprovado pelo Decreto 98.502, de 12 de dezembro de 1989, com a responsabilidade de promover a saída espontânea destes garimpeiros, com prazos e prioridades estabelecidos.

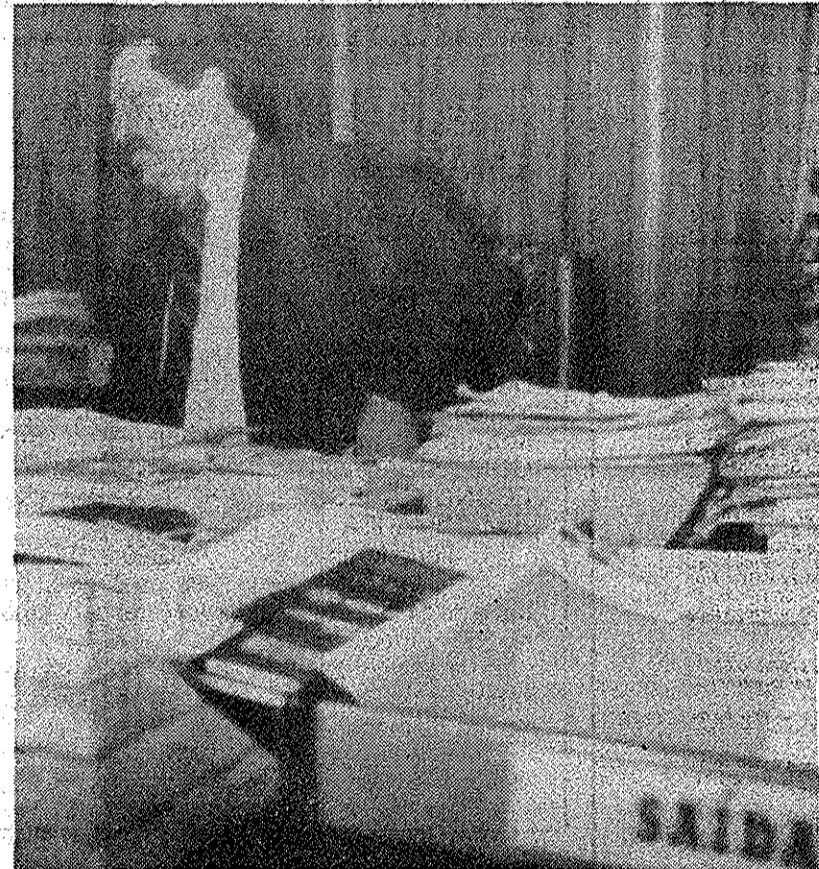
A desocupação das áreas indígenas, conforme estabelece o acordo, será coordenada e fiscalizada pela Polícia Federal e pela Funai, com os garimpeiros e suas entidades representativas arcando com todos os custos, sendo dado ao garimpeiro o direito de optar por uma das três áreas liberadas na Floresta Nacional de Roraima, ou outro destino que lhe aprovar, fora da área indígena.

Todos os garimpeiros, terrenos e locais ocupados serão cadastrados pelas entidades sindicais, com acompanhamento de órgão designado pelo governo de Roraima. Este cadastro será colocado à disposição das autoridades federais e estaduais. O acordo prevê ainda que todos os signatários participem ativamente da fiscalização das áreas reservadas, cabendo ao governo de Roraima, com o apoio dos órgãos competentes, promover a proteção ao meio ambiente das terras em questão.

Foi acordado ainda que será criado por lei um fundo de apoio à atividade mineral, cujos recursos serão destinados prioritariamente à proteção e recuperação ambientais, à assistência e apoio aos garimpos, à assistência e apoio às populações indígenas e, ainda, à fiscalização e controle das áreas reservadas.

Apreensão — Por fim, o acordo revela que a permanência de garimpeiros e equipamentos nas áreas yanomâmis sujeitará o recalcitrante às penas da lei, com a apreensão de todos os equipamentos. "E por estarem todos de acordo, assinam o presente termo de compromisso, para que produza os efeitos jurídicos nele previstos, devendo ser registrado e arquivado no cartório de títulos e documentos do município de Boa Vista, Roraima", conclui o documento.

O acordo chegou a ser assinado por representantes dos garimpeiros e do governo de Roraima.



Tuma garantiu que a Operação Selva Livre continuará

Tuma admite usar violência

O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, afirmou ontem que o governo tem de ter coragem para resolver definitivamente a situação dos 45 mil garimpeiros de Roraima e não pode se limitar a soluções paliativas. "É preciso tomar uma medida definitiva, pois os garimpeiros não são poeira para serem varridos para debaixo do tapete", disse Romeu Tuma, pouco depois de almoçar uma salada no restau rante Panela Mágica, seu favorito na capital federal.

Tuma garantiu que enquanto existir a liminar da Justiça determinando a retirada dos garimpeiros de Roraima, nenhum deles poderá permanecer nos nove milhões de hectares que englobam a reserva yanomami e a área da Floresta Nacional, admitindo que poderá usar de violência para retirá-los.

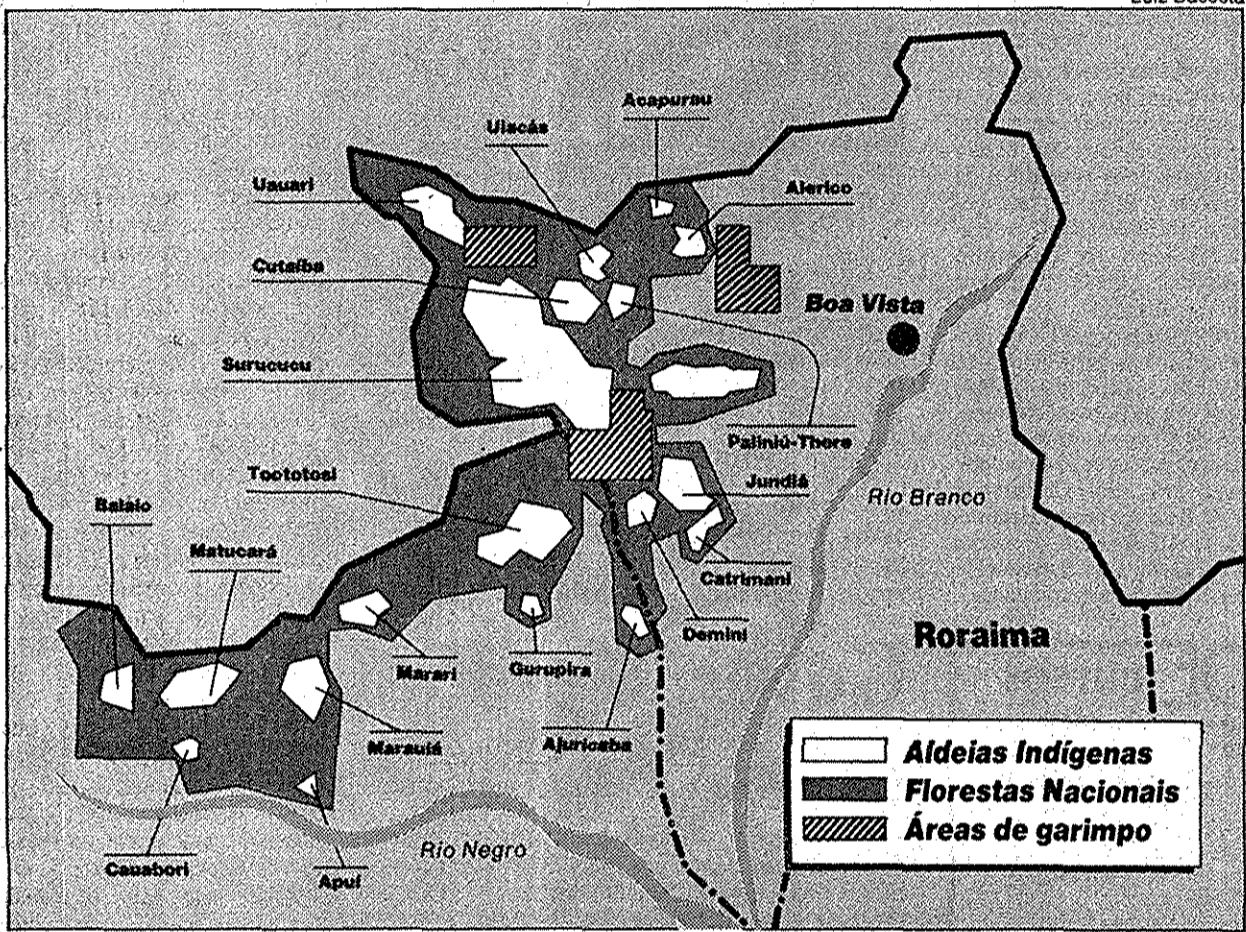
"Nossa intenção é uma retirada pacífica, mas se for preciso usar violência, dentro da necessidade, ela será usada", disse. De acordo com o delegado, "a sociedade de Roraima é favorável aos garimpeiros, mas quer que fiquem fora das cidades". Romeu Tuma garantiu a manutenção do cronograma normal da operação Selva Livre em território yanomami.

Cristal — "Não sou algoão, também sou cristal. Se pressionarem muito também me quebram", disse o delegado, referindo-se ao pedido de explicações recebido do procurador da República Eugênio Aragão. "Estranho muito os termos indelicados e desrespeitosos da intimação", reagiu irrita-

do Romeu Tuma, garantindo que responderá a intimação na segunda-feira com uma carta curta e seca, negando ter feito qualquer acordo com os garimpeiros para assentá-los na Floresta Nacional de Roraima. "Só quem pode fazer isso é o presidente José Sarney. Eu não posso me arvorar em presidente senão ele me demite", disse. Em relação à ameaça do procurador de pedir sua prisão em flagrante caso desrespeitasse a liminar, Tuma afirmou que só aceita ser preso "em defesa dos injustiçados".

O diretor-geral da Polícia Federal sugeriu ao procurador Eugênio Aragão que pare de se basear apenas em recortes de jornais e viaje até Boa Vista, de onde recebeu na manhã de ontem um telex da Associação Comercial de Roraima, pedindo a interferência da Polícia Federal e do Exército para impedir uma invasão da capital pelos garimpeiros. "Boa Vista começa a ficar inchada", afirmou.

Apesar de negar o acordo, Romeu Tuma afirmou que em reuniões com líderes garimpeiros foram estabelecidos compromissos das autoridades em "não tratá-los como bandidos". Tuma disse que o único projeto atualmente em estudos criando áreas de garimpo manual na Floresta Nacional de Roraima pertence ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), datado de 2 de agosto do ano passado, e não pode ser executado enquanto existir a liminar proibindo o garimpo na área.



As áreas que já têm algum garimpo terão de receber mais 40 mil garimpeiros

'Genocídio legalizado'

Sertanista diz que a operação foi 'palhaçada'

numa grande extensão de floresta e, dessa forma, impedir novas invasões", assegura o sertanista.

Gastos Sidney Possuelo revelou também que uma das grandes incoerências da Operação Yanomami foi realizar gastos estimados em US\$ 5 milhões, mobilizando 250 agentes federais e uma equipe integrada por 50 matoeiros da Funai, aviões Búfalo e helicópteros da Força Aérea Brasileira, aquisição de gêneros alimentícios para garantir a sustentação da operação por 60 dias, combustível, roupas, carros, lanchas, equipamentos, rádios transmissores, panfletos e hospedagem para um verdadeiro batalhão, para tudo acabar de uma forma trágica, com uma solução paliativa que não contempla os índios yanomâmis, que continuarão a ter contato com os garimpeiros, ficando, dessa forma, expostos a doenças como tuberculose e malária.

"Se era para tudo acabar dessa forma, o melhor é que nem se fizesse uma operação, que só tornará legalizado o genocídio dos índios, pois o próprio governo é que autoriza a permanência dos garimpeiros em Roraima", protestou Sidney Possuelo, responsável nos últimos 19 anos pelo contato com seis grupos indígenas ardeios, atuando primeiro no extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e na Funai desde a sua fundação. O sertanista Possuelo enviou telegrama ao presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, afastando-se da coordenação da Operação Yanomami por considerar que a proposta apresentada pelo ministro Saulo Ramos colide com o espírito da medida cautelar do juiz federal da 7ª Vara. "Por isso mesmo, estou deixando de participar da ação que, ao final, mostra-se contrária aos interesses indígenas", diz Possuelo no telegrama. (R.B.)

Na opinião de Possuelo, os índios yanomâmis continuarão a perambular de uma aldeia a outra, atravessando as áreas da Floresta de Roraima, e mantendo contato com os garimpeiros. Ele prevê que muitos garimpeiros ficarão insatisfeitos caso retirem pequenas quantidades de ouro das novas áreas e voltarão a invadir as reservas indígenas. "Não há como se manter uma fiscalização permanente

Brasília — José Varella



Possuelo se exonerou da Funai depois da operação

Funai fez novo mapa de Roraima

Técnicos da Funai concluíram ontem o mapa que mostra como ficará a divisão territorial de Roraima, com a destinação de 505 mil hectares de área para os garimpeiros dentro da Floresta Nacional de Roraima. As áreas em questão são: Uraricoera, com 125 mil hectares; Uraricaá-Santa Rosa, com 100 mil hectares; e Catrimani-Couto Magalhães, com 280 mil hectares. O mapa mostra nas partes em claro os locais precisos onde estão as 19 ilhas habitadas pelos índios yanomâmis, cercadas pelas florestas nacionais de Roraima e do Amazonas. No extremo-oeste do mapa está a área Uraricoera, localizada nas nascentes do rio Uraricoera. Bem no centro do mapa encontra-se a maior das áreas, a Catrimani-Couto Magalhães, que faz divisa com a aldeia indígena Surucucu. A terceira área, Uraricaá-Santa Rosa, fica próxima a aldeia indígena Alerico. Em todas estas áreas já existe atuação garimpeira, à qual será acrescida a presença de milhares de garimpeiros transferidos das terras yanomâmis. A leste do Rio Branco, o mais importante de Roraima, não há garimpos ou terras indígenas, predominando grandes regiões de cerrado, floresta tropical e fazendas de gado. (R.B.)

Venezuela quer evitar invasão

CARACAS — O ministro da Defesa da Venezuela, general Filmo López Uzcátegui, desmentiu ontem que o governo de seu país tenha firmado acordo com as Forças Armadas brasileiras para controlar os garimpeiros que devastaram as florestas localizadas na fronteira dos dois países. López disse que a Venezuela quer apenas que o Brasil estabeleça medidas para evitar a invasão de garimpeiros em seu território.

O secretário-geral do Itamarati, Paulo Tarso Flecha de Lima, chegará a Caracas na terça-feira para avaliar com autoridades venezuelanas as ações realizadas pelos dois países para reprimir os garimpos. No começo da semana, o general López inaugurou um posto militar 100 quilômetros a norte da fronteira com o Brasil, para impedir o ingresso de garimpeiros em território venezuelano. Em maio de 1989, cerca de 3.500 garimpeiros brasileiros foram expulsos da Venezuela por terem causado danos ecológicos às cabeceiras do Rio Orinoco.

DÚVIDAS SOBRE ASSINATURAS?

LIGUE ASSINANTE: 585-4183

JB

TERME A SEMANA COM MAIS ECONOMIA

sábado

Muçarela Especial, kg.....26,40

Leite Longa Vida integral Zero, litro.....10,24

Sardinha portuguesa, kg.....24,90

Bacalhau codinho, kg.....51,00

Frango, kg.....15,95

JORNAL DO BRASIL

Domingo

Tão boa que virou duas.